

A. I. N.º - 207162.0011/01-7
AUTUADO - JD COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
AUTUANTE - CARLOS ALBERTO MACHADO DE SOUZA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 11.03.03

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0056-02/03

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. BACALHAU. DESTINATÁRIO NÃO HABILITADO PARA OPERAR NO REGIME DE DIFERIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Operação de importação tributada. Existência de Liminar em Mandado de Segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário até decisão definitiva da ação. Exigência subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 10/12/01, exige o ICMS de R\$ 33.688,90, devido pelas importações de 25.000 KG de bacalhau, consoante Nota Fiscal de n.º 922, D.I. n.º 01/1154129-2 e L.I. 01/1132293-3, realizadas pelo autuado sem recolhimento do imposto e com habilitação para diferimento cancelada. Tudo conforme Termo de Apreensão e documentos às fls. 6 a 23 dos autos.

O autuado, através de seus advogados legalmente constituídos, apresenta impugnação, às fls. 26 a 37, onde aduz que obteve através do Mandado de Segurança, sob n.º 8.573.570/2001, decisão Liminar determinando a suspensão da exigência do ICMS referente a Licença de Importação de pescado acima indicada até julgamento final deste “writ”. Assim, entende estar demonstrada a identidade entre o *Mandamus* e o presente Auto de Infração, do que requer o seu arquivamento, diante da ilegitimidade da exigência do imposto e da multa aplicada. Cita legislação e jurisprudência no sentido de que o bacalhau, originário da Noruega, país signatário do GATT, é isento do ICMS.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 51 a 56, ressalta que a cláusula 2ª do artigo 3º do Acordo GATT estabelece que os produtos importados gozarão de tratamento igualitário aos produtos similares de origem nacional, o que comprova a inexistência de “isenção de ICMS”. Assevera que o Estado da Bahia não concedeu o benefício da isenção para produto nacional similar ao bacalhau importado. Cita Súmula 575 do STF e n.º 20 do STJ e legislação. Por fim, ratifica o Auto de Infração uma vez que o autuado encontrava-se com a sua Habilitação para Diferimento do produto bacalhau cancelada junto à SEFAZ desde o dia 24/05/01, devendo ter recolhido o imposto referente à operação no momento do desembaraço aduaneiro.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS, no valor de R\$ 36.688,90, em razão da falta de recolhimento do imposto devido na importação de bacalhau, conforme Nota Fiscal de n.º 922 e D.I. n.º 01/1154129-2, uma vez que o autuado encontrava-se com sua habilitação para diferimento cancelada.

O sujeito passivo alega que a operação estava amparada em decisão Liminar determinando a imediata suspensão da exigibilidade do ICMS relativo à mercadoria relacionada na Licença de Importação de n.º 01/1132293-3. Assim, requer o arquivamento do Auto de Infração.

Da análise das peças processuais constata-se tratar de demanda similar ao PAF de n.º 206986.0011/00-1, no qual foi emitido Parecer da PROFAZ de n.º 626/01, onde ressalta que os efeitos da ação de mandado de segurança é de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, mas não de seu lançamento, ao afirmar que “Na realidade, o que a SEFAZ está impedida de fazer é cobrar o imposto relativo a autuação firmada e não de constituí-lo”.

Por fim, conclui que “...o STF já tem se posicionado sobre o assunto, concedendo ganho de causa ao contribuinte importador de bacalhau, no entanto, na via administrativa, enquanto inexistente ato do Secretário da Fazenda acatando a decisão preponderante do STF, a decisão da JJF deve ser pela aplicação do RICMS à operação realizada”.

Neste mesmo sentido foi prolatado Parecer da PROFAZ, em 29/01/03, referente ao PAF nº 917007301, lavrado contra CRYSTAL COMPANY IMP. E EXP. LTDA.

Assim, fundamentado nos referidos pareceres e considerando que a decisão Liminar concedida ao contribuinte, não é definitiva, como também que o bacalhau é um produto tributado, conforme exceção prevista no artigo 14, inciso XIII, alínea “a”, do RICMS aprovado pelo Decreto n.º 6.284/97, além de que a operação de importação incide o ICMS, consoante art. 1º, § 2º, inciso V, do citado RICMS, não resta dúvida sobre a pertinência da exigência fiscal do bacalhau importado da Noruega, país signatário do GATT, o qual é dispensado tratamento igualitário aos produtos similares de origem nacional.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **207162.0011/01-7**, lavrado contra **JD COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 33.688,90**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei n.º 7.014/96, e demais acréscimos legais, ficando suspensa a exigibilidade do crédito tributário até a decisão final da lide pelo Poder Judiciário.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de fevereiro de 2003.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR